

# VIRUS

26

## O DEBATE DECOLONIAL TERRITÓRIOS

PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH

REVISTA . JOURNAL

ISSN 2175-974X

CC-BY-NC-AS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

NOMADS.USP

[WWW.NOMADS.USP.BR/VIRUS](http://WWW.NOMADS.USP.BR/VIRUS)

DEZEMBRO 2023

NOMADS  
USP

USP

USP

# VI 26

## O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS THE DECOLONIAL DEBATE: TERRITORIES

### EDITORIAL

- 001 O DEBATE DECOLONIAL: TERRITÓRIOS  
THE DECOLONIAL DEBATE: TERRITORIES  
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, THAMYRES REIS, ISABELLA CAVALCANTI, CAIO MUNIZ

### ENTREVISTA

- 004 UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SUPERAR INSUFICIÊNCIAS  
A DECOLONIAL PERSPECTIVE TO OVERCOME INSUFFICIENCIES  
UNA PERSPECTIVA DECOLONIAL PARA SUPERAR LAS INSUFICIENCIAS  
FERNANDO LUIZ LARA

### ÁGORA

- 012 LA DIMENSIÓN ESPACIAL DE LA COLONIALIDAD: UNA PROPUESTA INTERPRETATIVA Y OTRAS VOCES IGNORADAS  
THE SPATIAL DIMENSION OF COLONIALITY: AN INTERPRETATIVE PROPOSAL AND OTHER IGNORED VOICES  
YASSER FARRÉS DELGADO
- 029 ÀS VEZES É FEIO, MAS TÁ NA MODA! POTÊNCIAS, ADIÇÕES E LIMITES DECOLONIAIS  
SOMETIMES IT'S UGLY, BUT FASHIONABLE! DECOLONIAL POWERS, ADDITIONS, AND LIMITS  
LEO NAME, TEREZA SPYER
- 041 HACIA UNA ONTOLOGÍA POLÍTICA DEL BUEN VIVIR URBANO  
TOWARD A POLITICAL ONTOLOGY OF URBAN BUEN VIVIR  
PILAR MARIN, ALDO ALOR, ISRAEL ORREGO-ECHEVERRÍA
- 050 A POÉTICA DA RELAÇÃO E AS CIDADES: PERSPECTIVA PARA UMA URBANÍSTICA DECOLONIAL  
THE POETICS OF RELATION AND CITIES: PERSPECTIVE FOR A DECOLONIAL URBANISM  
CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA
- 059 FOSS, CARTOGRAFÍA, COLONIALISMO Y SOBERANÍA EN PARAGUAY Y EL SUR GLOBAL  
FOSS, CARTOGRAPHY, COLONIALISM AND SOVEREIGNTY IN PARAGUAY AND THE GLOBAL SOUTH  
JUAN CRISTALDO, GUILLERMO BRITZ, SILVIA ARÉVALOS, LISSANDRY RODRIGUEZ
- 087 A PAISAGEM NA CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER: O NHANDEREKO NA CAPITAL PAULISTA  
THE LANDSCAPE IN THE CONSTRUCTION OF GOOD LIVING: THE NHANDEREKO IN SAO PAULO STATE CAPITAL  
LUCAS BUENO, FÁBIO GONÇALVES

- 102 ABORDAGENS DECOLONIAIS PARA PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO  
DECOLONIAL APPROACHES TO RESEARCH IN URBAN PLANNING  
FABIANA SILVA, CINTIA ALVES, ISABELA SANTOS
- 118 EXPERIÊNCIA NO ALTIPLANO: FLÁVIO DE CARVALHO E A CIVILIZAÇÃO NUA DA AMÉRICA DO SUL  
EXPERIENCE ON THE ALTIPLANO: FLÁVIO DE CARVALHO AND THE SOUTH AMERICAN NAKED CIVILIZATION  
LEONARDO NOVO, LEONARDO SOUZA
- 127 1984: COLONIALISMO E DISTOPIA  
1984: COLONIALISM AND DYSTOPIA  
PAULA ALBUQUERQUE
- 136 PROSPECTANDO QUALIDADES RELACIONAIS ANTICOLONIAIS NA EDUCAÇÃO EM DESIGN  
PROSPECTING ANTI-COLONIAL QUALITIES IN DESIGN EDUCATION  
MARCO MAZZAROTTO, FREDERICK VAN AMSTEL, BIBIANA SERPA, SÂMIA SILVA

## PROJETO

- 146 RUMO A UM DESENHO URBANO GENUINAMENTE LATINO  
TOWARDS A LATIN-BASED URBAN DESIGN  
CARLOS COSTA, CARLOS NOME

**A POÉTICA DA RELAÇÃO E AS CIDADES:  
PERSPECTIVA PARA UMA URBANÍSTICA DECOLONIAL**

**THE POETICS OF RELATION AND CITIES:  
PERSPECTIVE FOR A DECOLONIAL URBANISM**

**CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES DE LIMA**

**Carlos Henrique Magalhães de Lima** é Arquiteto e Urbanista e Doutor em Urbanismo. É professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e integrante do grupo de pesquisa Arquivos, Fontes e Narrativas: Entre Cidade, Arquitetura e Design. Pesquisa fenômenos da urbanização contemporânea, relações étnico-raciais em espaços públicos e ativismos urbanos. carloshenrique@unb.br  
<http://lattes.cnpq.br/7899321988947015>

## Resumo

Este ensaio é uma construção teórico-conceitual que problematiza as noções de modernidade e colonialidade no âmbito urbanístico. Trata-se de uma confrontação entre elaborações a respeito das ideias e práticas urbanísticas coloniais e hegemônicas e as reflexões do pensador martinicano Édouard Glissant acerca da negritude e da cultura afrodiáspórica, figurada sobretudo em noções como a Relação, criouliização e nomadismo. O objetivo é relacionar ao campo urbanístico conceitos e referências que levem à problematização das noções de modernidade, colonialidade e decolonialidade, e o papel das subjetividades diante de fenômenos de subalternização. Como resultado, percebemos que as ideias de Glissant, dedicadas a refletir sobre os efeitos da colonização e as possibilidades transformadoras que emergem das relações de uma identidade permanentemente deslocada em direção ao Outro, oferecem pistas para tensionar o campo do urbanismo em uma perspectiva histórica e em seus efeitos nas dinâmicas do presente nas cidades colonizadas.

**Palavras-chave:** Édouard Glissant, Poética da Relação, Urbanismo Colonialista, Decolonização

## 1 Introdução

O campo do urbanismo se adensa no Brasil com caráter marcadamente segregador. O que fundamenta suas ideias e práticas desde meados do século XIX é a proposição instrumental de padrões que refletem poder territorial e hierarquias, resultando em distanciamento entre grupos sociais e espoliação de populações subalternizadas (Velloso, 2020, p. 157). As ações do urbanismo de aspecto colonizador encontram no Rio de Janeiro uma condição particular porque a cidade foi sede além-mar da metrópole portuguesa. Isso levou a uma associação entre poderes hegemônicos com o propósito de promover separação entre a coroa e a população não nobre, majoritariamente negra e escravizada. A urbanização brasileira é predominante marcada por uma “tradição de opressão, em nome, sim, de uma lógica de raça, além de mediante operações discursivas, teóricas e práticas” (Velloso, 2020, p. 156).

Quijano (2005) afirma que as Américas formam o primeiro espaço/tempo em que a raça emerge como “categoria mental da modernidade”, quer dizer, onde estruturas produziram relações sociais legitimadoras de supostas superioridade e inferioridade, forjando povos dominantes e dominados, estabelecendo, assim, um padrão de controle do trabalho e de seus recursos. O porto do Rio de Janeiro é um exemplo de território síntese no qual essa estrutura, ainda hoje, pode ser vista em funcionamento. Um lugar onde as adversidades impostas à população não-branca são resultado de violências simbólicas e materiais. No século XIX, escravizados, trabalhadores libertos, africanos, brasileiros e seus descendentes viviam em uma cidade repleta de restrições e onde o aspecto conflituoso era predominante. Alguns fenômenos assinalam essa dinâmica de forma clara: dificuldades de acesso à propriedade e moradia (Fridman, 1999), a instabilidade relacionada ao emprego e renda, as dívidas de trabalho impostas após a manumissão (Mamigomian, 2017). Ainda: as restrições associadas à circulação em espaços públicos, as quais culminaram em leis que tornavam a cidade um território bastante controlado. Por tudo isso, pode-se dizer que houve práticas urbanísticas de caráter colonialista (King, 2015), fundamentado na segregação.

No entanto, se as espacialidades negras nas cidades, por um lado, são marcadas por restrições que impedem seu acesso aos bens de diferentes naturezas e às políticas públicas básicas, “[...] por outro lado, projetam formas de vida recriadas, experiências e vivências singulares percebidas como dissonantes de outros contextos” (Barone & Rios, 2018, p. 30). O urbanismo colonialista no Rio de Janeiro e em outros territórios afrodiáspóricos foi continuamente desafiado por meio de movimentos associativos negros. Estes, por sua vez, são ações de caráter identitário com forte potencial transformador que garantiram ao coletivo afro-pindorâmico (Bispo dos Santos, 2015) subverter o lugar que lhes foi designado no espaço social. Diante dessa estrutura colonial, emerge um espaço físico e existencial no qual se articulam visões, significados e práticas sociais que politizam o cotidiano; onde lutas por emancipação e liberdade emergem a partir de situações corriqueiras (Chalhoub, 1990). As maltas de capoeiras, forma coletiva e transitória de ocupação das ruas, e as casas de zungú, locais de encontro da população negra, tiveram papel considerável na construção dos associativismos que surgiram nas últimas décadas do sistema escravista (Soares, 1998). Sendo assim, um projeto

crítico do binômio modernidade-colonialidade deve, por um lado, observar a construção histórica da desigualdade sob o ponto de vista racial e, por outro, considerar as lutas históricas negras como elemento fundamental.

Essas lutas encontram nos estudos da decolonialidade um campo político e epistemológico de grande relevância, dedicado ao enfrentamento das estruturas de dominação e modelos de conhecimento forjados por meio de políticas e projetos originados nas matrizes conceituais euro-estadunidense de conhecimento e suas muitas derivações. Este trabalho é uma leitura, a partir de uma perspectiva urbanística, sobre conceitos centrais na obra do pensador Édouard Glissant (1928-2011), nome indispensável para o debate decolonial. Em seus ensaios relacionados ao termo *Relação*, Glissant trata dos efeitos da desterritorialização para produzir uma hipótese sobre a condição errante das populações negras no território físico e existencial das Américas, o novo mundo em formação. Diante do abismo do trauma da colonialidade, emerge um campo cosmológico de associações culturais híbridas imprevisíveis, um complexo de relações espaciais dinâmico em suas práticas e estratégias fundamental para a confrontação das práticas urbanísticas do campo hegemônico, portanto, para a sobrevivência das populações negras.

Metodologicamente, propomos que as combinações deste ensaio se fundamentam na concepção da cidade como um “objeto de fronteira”, quer dizer, que não pertence a um campo disciplinar específico, demandando cooperação entre áreas do conhecimento variadas e afinadas com as contingências locais (Star & Griesemer, 1989). De forma análoga, pensar a decolonização das práticas urbanísticas requer levar adiante o que Mignolo (2003) denomina “pensamento fronteiriço”, isto é, concepções que não podem ignorar “o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele, ainda que tal pensamento moderno seja de esquerda ou progressista.” (Mignolo, 2003, p. 52). O pensamento fronteiriço tem caráter emancipador; é um produtor de novas genealogias epistemológicas que não refutam a modernidade elaborada no pensamento europeu, mas induz sucessiva produção de diferenças em seu interior. “Essa é a opção que alimenta o pensamento descolonial ao imaginar um mundo no qual muitos mundos podem coexistir” (Mignolo, 2008, p. 296). Partindo dessas premissas, propomos que a *Relação* pode ser um elo crítico potencialmente transformador da leitura urbanística, tanto no que diz respeito ao seu histórico de formação quanto às suas dinâmicas no presente.

O texto está organizado em três partes. Primeiramente, tratamos do urbanismo colonialista em suas variadas abordagens, mas sobretudo como ciência que emerge na Europa, um modelo moderno norte-atlântico utilizado como instrumento de dominação. Essa reflexão virá acompanhada de fenômenos destacados que assinalaram a urbanização moderna no país. Em seguida, abordamos o conceito de *Relação* e os termos correlatos da obra de Glissant, frisando questões relacionadas à decolonização. Por fim, sugerimos que as características relacionais presentes na obra de Glissant repercutem no complexo de significações que configura a práxis afro-brasileira nas cidades (Nascimento, A., 2019), particularmente na forma de ocupações e espaços culturais denominados quilombos urbanos (Batista, 2019). Com isso, esperamos contribuir reflexivamente sobre a possibilidade de uma urbanística de caráter decolonial. É uma tentativa de tensionar o debate a partir de estratégias e modos de fazer que repercutem em um campo teórico, buscando leituras alternativas para a formação da urbanização brasileira.

## **2 Urbanização e colonialidade: a construção das desigualdades intraurbanas**

É amplamente elaborado no campo historiográfico que o urbanismo se adensa como disciplina entre a segunda metade do século XIX e início do século XX com o propósito de promover uma transformação funcional da cidade a partir de novos programas e edificações. Suas características programáticas surgem associadas à expansão de cidades por meio de instalações técnicas em rede de circulação de energia, mercadorias e pessoas (Calabi, 2012). No entanto, vale destacar que objetivos, discursos e instrumentos do urbanismo foram adaptados para intervir em cidades colonizadas, resultando em um verdadeiro campo aberto de experimentações onde proliferava o zoneamento étnico, desapropriações e a divisão do território com vistas ao incremento da exploração de commodities.

A modernidade associada ao funcionalismo tornou o controle termo recorrente no vocabulário urbanístico. Não só as disposições espaciais foram levadas a cabo com o propósito de extração de lucros e classificações da população, mas também os hábitos foram importados das metrópoles, resultando em programas e edificações cuja tendência era se sobrepor aos modos de vida nos núcleos colonizados (Avermaete, 2010). O termo “urbanismo colonialista” é empregado por King (2015) para se referir às formas variadas pelas quais países europeus moldaram as cidades em suas colônias, envolvendo políticas públicas e ações diretas no território. O

autor enfatiza a importância da transformação de paisagens físicas como uma forma de definir hierarquias sociais no espaço construído.

Gwedolyn Wright (1991) argumenta que arquitetos e planejadores se apropriaram dos pressupostos do funcionalismo e da padronização para justificar um tipo de intervenção no espaço que se pretende universal e objetiva, mas que reiteradamente reforça desigualdades. Ainda que os resultados sejam variados e contrastantes, a urbanização colonizadora amalgama ações que transformam a cidade em um “terreno experimental”. Para a autora, o urbanismo colonizador envolve a criação de divisões espaciais nas cidades: guetos e zonas de exclusão onde a violência pode ser perpetrada. Por meio do estabelecimento de bairros segregados, áreas restritas e políticas de exclusão, as autoridades coloniais mantiveram o controle social e exploraram os recursos em benefício dos colonizadores. Essas divisões foram baseadas em fatores raciais, étnicos e socioeconômicos, reforçando as desigualdades e os desequilíbrios de poder (Wright, 1991).

A infraestrutura desempenha papel fundamental na urbanística colonizadora. Marvin e Graham (2001) afirmam que, em antigas colônias de países europeus, a concepção de infraestrutura esquadrinhou o território e ainda hoje exerce forte influência no agenciamento urbano. A fragmentação e dispersão que caracteriza muitos núcleos urbanos decorre de uma lógica que criava zonas diferenciadas nas cidades, separando grupos sociais, mas que não fosse excessiva, já que era necessário garantir acesso da mão de obra explorada aos locais de emprego e consumo. Nesse contexto, a desigualdade de caráter racial é intencional, cria “zonas inacessíveis” (Marvin & Graham, 2001), relativamente apartadas das atividades produtivas e outros benefícios da vida pública, muitas vezes caracterizadas como perigosas, mas próximas o suficiente para que as pessoas possam se deslocar até os locais de emprego.

O caso brasileiro oferece um universo de fenômenos que podem ser associados ao urbanismo de expropriação e controle. O Estado teve papel preponderante nessa conformação, associando-se a agentes privados para viabilizar a produção maciça e continuamente renovada de mão de obra escravizada. O acesso aos recursos e a dotação de equipamentos públicos e de infraestrutura foi francamente influenciado pela economia negreira e resultou em um espaço com assimetrias significativas, com prejuízos para a população negra. As práticas urbanísticas foram fortemente influenciadas nesse arranjo, sendo determinantes para intervenções que se adensam em meados do século XIX e que até hoje mantêm inalteradas algumas de suas características. A região portuária do Rio de Janeiro gradualmente sofreu intervenções que caracterizavam o sentido da vida pública pretendida ali: a construção do Lazareto da Gamboa e do Cemitérios dos Pretos Novos, bem como a conversão dos trapiches alfandegados para beneficiar traficantes de escravizados são exemplos notórios de uma urbanização amplamente alicerçada no colonialismo (Gonçalves & Costa, 2020).

No Brasil, as práticas urbanísticas não surgem diante de um ideal de emancipação coletiva e melhoria de vida para a classe trabalhadora que identificados na Europa; trata-se, antes, de um conjunto de ações desenvolvidas a partir do que Malcon Ferdinand (2022) denomina “fratura colonial”. Para Ferdinand, a pretensão de universalidade construída por meio de uma historicidade do “sujeito global” é uma falácia, por isso é preciso considerar a diferença gritante entre os níveis de perturbação e transformação do espaço provocado pelo sistema de *plantation* e os modos de vida de povos originários no Caribe, por exemplo. As cidades brasileiras foram lugares de experimentações de conceitos originados em espaços alheios às dinâmicas próprias de seu território. Nos termos da fratura conceituada por Ferdinand, o Brasil foi “um laboratório em que, contrariamente ao centro metropolitano imperial, tudo é permitido e admitido moralmente” (Ferdinand, 2022, pos.1958). Portanto, as práticas urbanísticas resultaram em sucessivas separações e fraturas que cristalizaram circuitos de desigualdades intraurbanas.

Além da dimensão espacial concreta, diversas normas de conduta moldaram o universo de relações na cidade colonial. Um exemplo disso pode ser identificado nas posturas municipais do Rio de Janeiro publicadas entre 1830 e 1834. De modo geral, essas leis tinham o propósito de conseguir o aumento do controle sobre os escravos citadinos e cercar o trânsito dos cativos no Rio de Janeiro. Mesmo com a proibição do comércio negreiro, o tráfico de escravizados não cessou, pelo contrário, o número de africanos que desembarcavam nas cercanias da cidade cresceu de forma evidente. Paralelamente, houve ampliação dos limites do núcleo colonial. “As fazendas em Botafogo, Flamengo, Glória, Catete, Laranjeiras e Cosme Velho sofreram parcelamentos e foram ocupadas por casas e chácaras” [...] e a Cidade Nova se adensou após a ida do príncipe para São Cristóvão e isenções fiscais” (Fridman, 1999, pp. 109-110). A orla da Gamboa e Alferes cresceu para a instalação de novos cais, e os terrenos foram loteados e se expandiram

com armazéns para exportação do café. O resultado foi um espaço culturalmente rico e diverso, no qual se desenvolveram complexas associações entre grupos populares.

Nesse contexto, surgiram expressões culturais diversas resultantes da associação entre negros, judeus, ciganos e outros grupos migrantes (Carvalho, 2019). Os hábitos dessas pessoas não estão presentes em monumentos ou inscrições; seus vestígios são toponímicos, apagados por sucessivos projetos de modernização, mas os quais perduram na memória e ressoam em práticas do presente. Assim, “[...] da dança à música, da literatura à história, das reformas urbanas à vida cotidiana, ‘escrituras’ e ‘apagamentos’ abundam nas cidades, interferindo uns nos outros, produzindo traços que podem ser tão ubíquos quanto opacos” (Carvalho, 2019, p. 36). O conjunto das opressões e adversidades vividas nesse espaço diaspórico movimentou e produziu entendimentos subterrâneos que se manifestam em modos de organização comunitária responsável por um tipo de fazer-cidade. São formas de associação híbrida indutoras de uma cultura urbana subversiva e transformadora. Um tipo de “tecnologia social” que amplia “saberes, culturas e histórias ancestrais” (Nascimento, A., 2019, p. 282).

Portanto, o urbanismo colonialista não se exerceu de forma unidirecional, mas foi sempre enfraquecido por práticas espaciais de grupos minoritários. As cidades que serviram como laboratórios experimentais da urbanística colonizadora se configuram como territórios síntese onde se cruzam, por um lado, os regimes de despossessão e as ações de controle elaboradas por vertentes dominantes e, por outro, as experiências e manifestações negras, em seu caráter instável e cambiante. Propomos que o conceito de Relação elaborado pelo pensador da decolonialidade Édouard Glissant é referencial para pensar esse arranjo e oferecer rotas consistentes para a imaginação urbanística com base numa perspectiva decolonial.

### **3 Édouard Glissant: pensamento do Outro**

A obra de Édouard Glissant é tão prolífica quanto complexa. Seus romances, ensaios e poemas resultam do entrelaçamento entre sua vida política e seu fazer literário. As ideias de Glissant tiveram impacto significativo nos estudos sobre a decolonialidade, na esteira de autores proeminentes como Franz Fanon e Aimé Césaire, os quais elaboraram sobre a falsa construção da superioridade europeia, centrada não apenas em violência material, mas nas narrativas que retratam as culturas não-brancas como inferiores. Em 1990, Glissant publica seu livro *Poética da Relação* (*Poética III*), quando aprofunda as reflexões sobre os dilemas dos escravizados e o exílio atribulado provocado pela escravização. Leupin (2016) observa que, nesse trabalho, Glissant não se mantém atado à denúncia da violência colonial, mas permanece sempre aberto a um horizonte prospectivo formado pela associação inventiva e imprevisível da negritude nas Américas. As metáforas e conceitos de Glissant não foram forjados para rememorar o trauma, mas para projetar um futuro em Relação (Theophilo, 2018). A característica poética de seu texto o afasta de qualquer fixação de fronteiras identitárias, tratando o corpo social como deslocamento permanente em direção ao Outro, um tipo de (re)imaginação do mundo cujo guia é a alteridade.

A ideia de Relação emerge como noção relacionada às identidades irreduzíveis dos povos colonizados. A Relação é “contanto que os particulares, os quais a constituem em interdependência, tenham antes se emancipado de toda aproximação de dependência” (Glissant, 2021, p. 172). A noção de Relação está vinculada à constatação da Totalidade-Terra, a qual se contrapõe a uma visão de mundo unitário. Glissant opõe a concretude da diversidade dos povos presentes hoje na cena mundo como aquilo que desfaz os pressupostos metafísicos que fundamentam a concepção de identidade abstrata e generalizável a todos os humanos (Albergaria Rocha, 2020). Com isso, propõe desfazer as ideias de “ser” e “essência” que definiriam indivíduos e culturas. Em vez disso, a Relação interfere nos particulares e coloca em movimento permanente diferentes formas de concepção da existência. Glissant enfatiza a importância da interconectividade entre povos e o meio ambiente capaz de produzir uma cosmologia que se constrói de maneira dinâmica e fluida.

A Relação se aproxima de outro termo caro ao repertório teórico de Glissant: a “crioulização”. Para o autor, o Caribe é um lugar onde “a Relação se dá mais visivelmente, uma das zonas de resplendor em que ela parece se fortalecer” (Glissant, 2021, p. 58). O que ocorreu nessa porção do mundo não foi apenas um encontro, um choque, “[...] uma mestiçagem, mas uma dimensão inédita que permite a cada um estar ali e alhures, enraizado e aberto, perdido na montanha e livre sob o mar, em acordo e em errância” (Glissant, 2021, p. 59). Com efeito, esse processo resulta em uma “mestiçagem sem limites, cujos elementos são múltiplos, e as resultantes,

imprevisíveis.”. Trata-se de uma aventura marcada pelo “estilhaçamento sem precedentes das culturas”, o que não significa sua dispersão, tampouco sua diluição, mas uma partilha que é sobretudo produzida continuamente, e não imposta.

Para o autor, ao contrário das culturas que se apresentam a partir do suposto refinamento civilizacional que impõe como realidade objetos ideais com valor apriorístico e com vetor rumo a um ideal (Glissant, 2021, p. 163), “a outra direção, que não é uma, distancia-se inteiramente do pensamento da conquista; trata-se de uma mediação experimental (um acompanhamento) dos processos de relação, operando no real, entre os elementos (primeiros ou não) que lhe tramam as combinações” (Glissant, 2021, p. 167). É uma dinâmica que leva à mediação de distâncias, das tendências, daquilo que é relacional, “daquilo que, por ser fluido e variante, também é incerto (ou seja, inapreensível), mas a todo instante fundamental e, quiçá, cheio de invariâncias” (Glissant, 2021, p. 167). A Relação oferece a possibilidade de pensar a cultura e identidade dos povos diaspóricos como fonte constante e persistente de imaginação. O enredo da ação colonizadora, por isso, não fica reduzido a um esquema de dominação-reação. Trata-se antes de pensar nos espaços de intersecção, nas trocas convergentes e divergentes, em todas as potências e virtualidades bloqueadas pelas hegemonias.

A ideia da Relação, da crioulização, da cultura em suas múltiplas variações, mostra como a permeabilidade das trocas é tema fundamental para pensar multivalência do espaço urbano brasileiro sob a urbanização colonizadora, onde ações negras e populares ofereceram saídas capazes de enfrentar as violências sucessivas contra seus corpos. As Casas de Zungú e batuques se apresentam como um caso destacado nessa trajetória de lutas. Originadas de quilombos que proliferaram durante o século XIX, essas casas possivelmente serviram como local de encontro para escravos fugidos. Reuniam comunidades de africanos e brasileiros e tinham “sentidos e usos múltiplos” (Santos, 2015, p. 33), pois, além da hospedagem, possibilitaram a permeabilidade de línguas, saberes filosóficos, ciências e culturas. É um entrelugares nas normativas sufocantes das leis urbanísticas e da impossibilidade de acesso à habitação que resulta da imensa concentração fundiária na cidade. Portanto, sugerimos haver uma correspondência com o que a Relação apresenta de identidade produzida na errância e nas condições adversas enfrentadas no exílio. Para Glissant (2021, p. 34), “[...] toda identidade se desdobra numa relação com o Outro.”

Ao contrário do nomadismo invasor que, segundo Glissant, é impositor e estabiliza as conquistas por meio dos apagamentos e imposições, podemos dizer que as casas de Zungú eram ocupadas por “nômades circulares”, descritos por Glissant como sujeitos que foram capazes de garantir sua sobrevivência por um tipo de movimento desprovido de qualquer intenção de invasão, conquista ou extermínio, mas sim por composição cultural misturada e diversa. Por isso, a condição desterrada e de desenraizamento que sofreram devido à colonização foi capaz de produzir uma identidade que não está amparada na expansão do território, mas na busca pela alteridade de forma radical. “Esta é mesmo a imagem do rizoma, que leva a entender que a identidade não está mais somente na raiz, mas também na Relação” (Glissant, 2021, p. 42). Diante de sucessivas adversidades, a errância proporcionada pela Relação se apresenta como a recusa de qualquer pretensão universal e generalizante. É o reconhecimento das muitas memórias e trajetórias que foram suprimidas em nome dos relatos históricos de caráter dominante. Referente aos zungús, embora criminalizados,

A proibição de casas que eram, ao mesmo tempo, refúgio para escravos foragidos e locais de dança e batuque, revelava muito bem a dupla atuação da polícia frente ao segmento escravo: ela deveria evitar que os cativos fugissem, mas também garantir que a população cativa se comportasse de forma adequada (Santos, 2015, p. 33).

Mesmo cerceados, esses espaços minaram as pretensões centralizadoras de controle, funcionaram como um modo distinto de fazer cidade, que não está restrito às ruas, já que “a origem dessas casas também estava no angu, comida típica do escravo e facilmente encontrada nas ruas cariocas, o que leva a crer que tal organização nem sempre aconteceu em locais determinados, mas também nas ruas, em volta das negras com seus tabuleiros de angu” (Santos, 2015, p. 33). Esse modo de estar nas ruas, de ocupar espaços e transformá-los, sugere que o deslocamento de negras e negros impôs limites à projeção escravagista que se desenhava na conturbada década de 1830 no Brasil, marcada por movimentos insurrectos que eclodiram em diferentes partes do Império.

As perseguições legais e normativas impostas aos negros atravessaram décadas, ressoaram em um padrão de ação urbanística motivada pela busca de uma cidade supostamente civilizada. As práticas de cidade e os modos de estar na rua da população negra ressoam nas ideias de Glissant sobre a decolonização, entendida a partir das ideias do autor como arranjos libertadores entre culturas

para fazer experiências políticas comunitárias. Ao pronunciar a Relação como “recusa a qualquer generalização do absoluto” (Glissant, 2021, p. 162) e do reconhecimento de cada uma das partes que formam o arquipélago da vida urbana, Glissant nos leva a ver estratégias e modos de fazer da vida cotidiana que exigem renunciar as totalidades centralizadoras. Se consideramos a prática urbanística como resultado de uma gama muito variada e heterogênea de atores e procedimentos — e não somente aqueles elaborados pelo Estado e as instituições — podemos dizer que os contornos dessas formas de ação, dessa maneira de fazer cidade da população negra, concretizada, entre outros, nos zungús, inspira modelos de organização dinâmicos, amparados em laços ancestrais e em formas de uma relação sempre aberta com o outro. Atualmente, identificamos no espaço urbano formas espaciais populares que nos remetem à poética da relação, abrindo espaço para a imaginação urbanística. É o caso dos quilombos urbanos.

### **3.1 A poética da Relação e a imaginação urbanística**

Uma nova agenda de pesquisa está em plano desenvolvimento nos estudos sobre a cidade e questões das populações negras. Para Sean Anderson e Mabel Wilson (2021, p. 20) “a negritude materializa narrativas espaciais na medida em que catalisa uma afirmação de identidades”. Para os autores, o problema da modernidade pode ser abordado pela arquitetura e urbanismo, de modo que os limites de suas práticas são expandidos para que se possa reconstituir histórias que falam da colonialidade e “da desventura imperial, ao mesmo tempo que asseguram — com promessas ilimitadas — a perspectiva de pensar, conceber e construir espaços de resistência e recusa, imaginação e libertação” (Anderson & Wilson, 2021, p. 21). Atualmente, espaços sociais e de caráter comunitário negros contribuem para a recomposição de identidades divididas. Se a agência colonizadora opera pela fratura e supressão, organizações espaciais para a visibilização social da existência negra e de sua demanda por reconhecimento emergem como possibilidade tática e estratégica (Nascimento, A., 2019).

Quilombos urbanos também podem ser compreendidos como lugares formados por um conjunto articulado de experiências que resultam em sistemas sociais alternativos nos quais se valoriza a mutualidade sob o ponto de vista das aspirações e necessidades negras. Assim, o quilombo pode ser entendido como uma atitude dos negros “para se conservarem no sentido histórico e de sobrevivência grupal, e que se apresenta como assentamento social e organização que criam uma nova ordem interna e estrutural” (Nascimento, B., 2021, p. 124). Ao perturbar as ideias emanadas pelo campo hegemônico, pessoas negras criaram um tipo de espaço marcado pela incessante elaboração das formas de habitar o espaço. Quilombos urbanos como o Pedra do Sal, no Rio de Janeiro, Aparelha Luiza, em São Paulo, Xica Manicongo, em Niterói, e a Casa Akotirene, em Brasília, oferecem à imaginação urbanística elementos capazes de desestabilizar continuamente o curso da vida, por meio de práticas centradas sobretudo nas condições de ligação entre os seres mais do que enunciados e pressupostos gerais do planejamento a longo prazo.

Ao renunciar o “édito universal” que configura o pensamento da modernidade, as ideias de Glissant (2021) revelam correspondências com esses espaços negros, concebidos a partir de uma urbanística amparada na alteridade radical. Descolonizar o saber urbano exige repensar as formas de produção urbanística elaboradas no polo hegemônico, rompendo percepções assentadas nas construções raciais predominantes no século XX. A “Relação” contribui para uma percepção ampliada das práticas urbanísticas pois remete a laços constantemente recombinações na diáspora negra. Essa combinação variada e errante, ainda hoje, produz os espaços das cidades brasileiras em forte contraste com as expressões coloniais.

## **4 Considerações Finais**

As ideias de Glissant inspiram uma ampla reimaginação das sociedades, culturas e do mundo e nos levam além dos limites das histórias coloniais. Ao abraçar a diversidade e reconhecer a complexidade da experiência humana, seu pensamento decolonial oferece uma perspectiva convincente para entender e moldar nosso futuro urbano. A questão aqui é: de onde podem surgir políticas radicais no âmbito da ciência urbanística potencialmente capazes de elaborar relações alternativas com o mundo e seus seres? Glissant concebe o conhecimento como algo do qual não apenas se tira proveito, mas como algo produzido por populações na busca por transformar modos de vida e seguir sempre em direção ao Outro. Os lugares de negros e negras e os espaços de resistência e imaginação que criaram e praticaram contribuem para pensar narrativas compostas por fragmentos, sobreposições, repetições e deslocamentos. Sem diminuir o trauma da escravização no território físico e existencial das cidades, propomos que a leitura de Glissant nos lembra sobre modos inventivos de lidar com o espaço urbano, os quais também desafiaram e estimularam as práticas

do urbanismo. Conhecê-las é imprescindível para que possamos refletir sobre o passado e especular sobre a formação do urbanismo e suas trajetórias.

### Referências

- Albergaria Rocha, E. (2020). *A noção de Relação em Édouard Glissant*. Ipotesis, revista de estudos literários. 6 (2), 31-39.
- Anderson, S., & Wilson, M. O. (2021). *Reconstructions: architecture and blackness in America*. Nova Iorque: MoMA.
- Avermaete, T. (2010). "Nomadic Experts and Travelling Perspectives: Colonial Modernity and the Epistemological Shift in Modern Architecture Culture." In: Avermaete, T.; Karakayali, Serhat; von Osten, Marion. *Colonial Modern: Aesthetics of the Past, Rebellions for the Future* (pp. 131-148). Londres/Inglaterra: Black Dog Publishing.
- Barone, A., & Rios, F. (2018). *Negros e negras nas cidades brasileiras (1890-1950)*. São Paulo: Intermeios/FAUUSP.
- Batista, P. C. (2019). *O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após abolição*. *Extraprensa*, 12, 397-416. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153780>
- Bispo dos Santos, A. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: UnB/INCT.
- Calabi, D. (2012). *História do Urbanismo europeu*. São Paulo: Perspectiva.
- Carvalho, B. (2019). *Cidade Porosa: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chalhoub, S. (1990). *Visões de Liberdade. Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu.
- Fridman, F. (1999). *Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Glissant, É. (2021). *Poética da Relação*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Gonçalves, G. L., & Costa, S. (2020). *Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro*. São Paulo: Boitempo.
- King, A. (2015). *Urbanism, Colonialism, and the World-Economy*. Londres: Routledge.
- Leupin, A. (2016). *Édouard Glissant, philosophe. Héraclite et Hegel dans le Tout-Monde*. Paris: Hermann.
- Mamigomian, B. G. (2017). *Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Marvin, S., & Graham, S. (2001). *Splintering Urbanism: networked infrastructures, technological mobilities, and the urban condition*. Londres: Routledge.
- Mignolo, W. (2003). *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.
- Mignolo, W. (2008). *Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política*. Cadernos de Letras da UFF. Dossiê Literatura, língua e identidade, 34, 287-324.
- Nascimento, A. (2019). *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro.

Nascimento, B. (2021). *Quilombos: mudança social ou conservantismo?* In: Ratts, A (org., 120-137). Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro/Brasil: Zahar.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). Buenos Aires/Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Santos, Y. L. (2015). Que lancem todos os dias os nomes, empregos e mais sinais: circulação escrava e tentativas de controle estatal nas leis municipais do Rio de Janeiro e de Havana na década de 1830. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, 9, 31-47

Soares, C. E. L. (1998). *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Star, S. L., & Griesemer, J. R. (1989). Institutional Ecology, "Translations" and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. *Social Studies of Science*, 19(3), 387-420. <http://www.jstor.org/stable/285080>.

Theophilo, G. M. (2018). Uma poética da relação: A conversa infinita entre Édouard Glissant e Michel Leiris. *História da Historiografia*, 27 (11), 118-141.

Velloso, R. (2020). *De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa*. REDOBRA, 15, 153-176. [http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/10-REDOBRA\\_15-Ensaio\\_Rita\\_Velloso.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2020/15/10-REDOBRA_15-Ensaio_Rita_Velloso.pdf)

Wright, G. (1991). *The Politics of Design in French Colonial Urbanism*. Chicago: University of Chicago Press.